
FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE DO PROGRAMA E-TEC NO IF GOIANO

MIRIAN RODRIGUES SILVA VASCONCELOS¹;
LEONARDO HENRIQUE SILVA²
FERNANDO BARBOSA MATOS³
EMMANUELA FERREIRA DE LIMA⁴

¹Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Tecnológica (ProfEPT/IF Goiano)

E-mail: mirian.vasconcelos@ifgoiano.edu.br

²Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Tecnológica (ProfEPT/IF Goiano)

E-mail: leonardo.silva@ifgoiano.edu.br

³Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Tecnológica (ProfEPT/IF Goiano)

E-mail: fernando.matos@ifgoiano.edu.br

⁴Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Tecnológica (ProfEPT/IF Goiano)

E-mail: emmanuela.lima@ifgoiano.edu.br

RESUMO: O presente estudo elucida as principais políticas públicas para educação profissional e tecnológica com a finalidade de apresentar o Programa Rede e-Tec no IF Goiano. Este programa foi uma das diversas iniciativas dentro do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e tinha como objetivo oferecer capacitação técnica de nível médio na modalidade a distância, sendo implementado em diversos *campi* do Instituto Federal Goiano. Essa pesquisa é de caráter bibliográfico e documental, tendo como procedimentos para coleta de dados o acesso ao Programa Etutore para levantar dados de ingressantes, evadidos e concluintes dos *campi* Morrinhos e Iporá do curso de técnico em segurança do trabalho que ingressaram em 2015. Em relação ao aspecto da evasão escolar, o curso analisado apresentou taxa de 48% em Iporá e 25% em Morrinhos. Fomentou o mercado de trabalho local com 273 técnicos habilitados a exercerem seus conhecimentos e contribuírem com o desenvolvimento econômico das respectivas regiões. Os resultados da pesquisa indicam que o IF Goiano contribuiu na formação profissional e tecnológica de nível médio técnico em diversos municípios do interior do Estado de Goiás através da oferta de cursos na modalidade de educação a distância e também que número de profissionais formados nos dois *campi* analisados.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação a distância. Rede e-Tec.

INTRODUÇÃO

A educação profissional e tecnológica (EPT) tem entre seus objetivos preparar os cidadãos para o mundo do trabalho. A oferta dessa modalidade de educação pode ser através da iniciativa privada ou através do poder público. Ao longo da história educacional brasileira, o Estado organizou, através de legislações a estrutura e também criou políticas públicas específicas com foco na educação profissional e tecnológica.

A temática desta pesquisa gira em torno da análise da política de educação profissional da Rede e-Tec Brasil, que foi executado entre os anos de 2012 e 2016 em diversos *campi* do Instituto Federal Goiano.

A relevância deste estudo está em contribuir com levantamentos e registro de conhecimentos sobre a execução do programa na instituição em função da ausência de documentos que mostrem como se deu esse processo. Também enriquecer a literatura científica referente a políticas públicas que tem como foco a educação profissional e tecnológica, especificamente a Rede e-Tec Brasil.

Diante disto, o objetivo deste trabalho é analisar a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância que norteiam a aplicação do programa, assim como o decreto que o instituiu. Também elucidar aspectos de sua execução no Instituto Federal Goiano e como recorte trazer dados de ingressantes, evadidos e egressos dos *campi* Morrinhos e Iporá, especificamente quanto ao curso técnico de segurança do trabalho, turma de 2015.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

“Através da racionalidade o ser humano é capaz de realizar ações de trabalhar e educar. O que o homem é em sua essência, o é pelo trabalho, é um processo histórico em que se aprende a trabalhar, trabalhando, criando assim sua história” (SAVIANI, 2007).

De acordo com Saviani (2007), o ato de aprender e de trabalhar formam o ser humano em sua essência, separam-no dos animais pela racionalidade em produzir. Com o passar do tempo e a execução deste trabalho a sociedade capitalista foi se desenvolvendo e o ato de produzir deixou de ser para a própria necessidade passando a fazer parte de uma relação de produção entre trabalhador e empregador. Nesse sentido, Cabral reitera que:

As relações de produção regulam tanto a distribuição dos meios de produção e dos produtos quanto a apropriação dessa distribuição e do trabalho. Elas expressam as formas sociais de organização voltadas para a produção. Os fatores decorrentes dessas relações resultam em uma divisão no interior das sociedades (CABRAL, 2019)

Assim, trabalho e educação, motivados a princípio pelo desenvolvimento do ser humano passaram a ser regidos pela divisão de classes sociais e à subsistência dessa sociedade. Surge então novas necessidades laborais para manter os comércios, fábricas e indústrias: era necessário qualificar a mão de obra para movimentação da economia, qualificação dos que tem a força de trabalho para suprir aos anseios dos que detêm as propriedades.

Esta prática foi marcada historicamente pela teoria do capital humano em que quanto maior a capacidade de produção tiver o trabalhador, mais valiosa sua força de trabalho, podendo assim melhorar sua condição material (FEIJÓ, 2018), ou seja, vende-se a conjectura de que quanto mais conhecimento adquirido e qualificação, maior a chance de o indivíduo ascender socialmente, o que na verdade é apenas um mascaramento do real objetivo que é gerar mais lucro para o empregador.

Ainda assim, movidos por essa expectativa de melhoria e até mesmo de mudança de classe social, jovens e adultos buscam se profissionalizar, se educando para o trabalho, em uma troca onde o trabalhador supre suas necessidades de sobrevivência, suprimindo a necessidade de capital humano no mercado de trabalho.

A resposta governamental para essa questão foi o investimento na Educação Profissional, uma vez que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) constituída em 1996, a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, estabelecendo que “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (Brasil, 1996).

Historicamente a consolidação do ensino técnico no Brasil se deu bem antes da criação desta LDB, no início do século XX no ano de 1909, com a criação das 19 escolas de Aprendizizes e Artífices pelo governo de Nilo Peçanha em resposta à industrialização crescente. Vejamos o contexto histórico na visão de Bagetti (2015):

- 1909 – Escolas de Aprendizizes e Artífices – decreto 7.566 de 23 de setembro;
- 1930 – Criação do Ministério da Educação e da Inspeção do Ensino Profissional e Técnico que supervisionavam as Escolas de Aprendizizes e Artífices;
- 1934 – A Inspeção vira Superintendência do Ensino Profissional impulsionando a criação de novas escolas industriais e especializando as escolas existentes.
- 1937 – Getúlio Vargas versa pela primeira vez sobre o Ensino técnico, Profissional e Industrial, definindo o ensino pré-vocacional e profissional o primeiro dever do estado; As escolas de Aprendizizes e Artífices são transformadas em Liceus Profissionais abrangendo o ensino Profissional de todos os ramos e graus.
- 1941 – Reforma Capanema em que se definiu que o ensino Profissional equivalesse ao nível médio de ensino.
- 1961 – Promulgou-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 4.024 – que definiu a equivalência dos cursos técnicos permitindo que tivessem o direito de continuidade à nível de ensino superior.
- 1971 – Promulgou-se, durante a ditadura militar, a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 5.692 – tornando de maneira compulsória o currículo do segundo grau (atual ensino médio), como obrigatoriamente técnico-profissional.
- 1996 – Após 20 anos promulga-se a nova e atual LDB nº 9.394, tendo como principal definição que a “educação profissional, deverá estar integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.” (BRASIL, 1996).

Já no século XXI, a consolidação continua. A Lei 11.741 de 2008 que altera dispositivos da LDB, no tocante ao ensino profissional e técnico, estabelece que a educação profissional e tecnológica abrange os seguintes cursos: de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Brasil, 2008). Bagetti (2015) ainda elucida que em 2013 foi criado um documento de Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação (DCN) que norteou essa modalidade de ensino ampliando sua denominação para Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que articula-se desde então com outras

modalidades educacionais: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Educação a Distância (EaD).

Dessa forma a EPT tem estado em constante expansão, abrangendo diversos públicos, não se restringindo apenas ao Estado mas sendo também ofertada pela iniciativa privada, o chamado Sistema S de ensino que de acordo com Manfredi (2002, p. 179), configura-se como uma rede de Educação Profissional paraestatal, organizada e gerenciada pelos órgãos sindicais (confederações e federações) de representação empresarial”.

Apesar de pertencerem à iniciativa privada, essas instituições podem através de estratégias governamentais receberem recursos públicos para a oferta de cursos de qualificação profissional, como exemplo o que dispõe o artigo 6 da Lei 12.513 (Brasil, 2011, p 1), que trata da concessão de bolsas-formação para estudantes matriculados em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio.

Dessa forma, Tanto Estado quanto iniciativa Privada seguem as mesmas diretrizes ao atuar na Educação Profissional e Tecnológica, já que segundo o Ministério da Educação “a concepção, acompanhamento e controle da educação profissional e tecnológica devem ser objeto de política pública” (Brasil, 2004, p. 38). Nesse sentido, pode-se citar como exemplos de políticas públicas estatais com foco na qualificação profissional o Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) e o Programa Nacional de Qualificação (PNQ) e especificamente a nível médio, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC),

O Pronatec foi um programa criado em 2011 por meio da Lei 12.513 de outubro de 2011, tendo como finalidade expandir a oferta de educação profissional e tecnológica, através de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

De acordo com o art. 1º seus objetivos são:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V- estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013) (BRASIL, 2011).

As iniciativas do programa para alcançar tais objetivos são: Programa Brasil Profissionalizado, Plano de Expansão da Rede Federal e Tecnológica, Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem, a Rede e-Tec Brasil, e recentemente o MedioTec e o Pronatec Oferta Voluntária.

O Programa Rede e-Tec Brasil foi direcionado para a modalidade de educação a distância e é objeto desta pesquisa, sendo abordado na seção 2.3.

2.2 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A aprendizagem fora da sala de aula convencional com o apoio de diferentes tecnologias têm contribuído há muitas décadas na Educação Profissional no Brasil. Desde o século XX registra-se aprendizagem pelo correio, rádio, televisão, em cursos de eletricidade, eletrônica, línguas, entre outros, passando pelas fitas cassetes, CDs, DVDs e a expansiva Internet. Assim, com o avanço tecnológico, consolidou-se esta modalidade de ensino.

A LDB de 1996 no artigo 39º diz que “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz permanente o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” e no artigo 80º que o “Poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis de modalidades de ensino e educação continuada” (BRASIL, 1996).

Compreende-se então que a Educação a distância (EaD) é uma forma de propagar, expandir a educação profissional, com o uso das tecnologias e desenvolvimento das aptidões, inclusive dos trabalhadores que precisam conciliar os estudos, podendo estar em lugares e tempo diversos da sala de aula tradicional, mas com a mesma formação.

Extrapolando tais limites de tempo e espaço a EaD possui características diferentes do ensino presencial, destacando-se principalmente o uso de Tecnologias de Informação e comunicação (TIC), no sentido de que os programas de EaD dependem fundamentalmente da infraestrutura tecnológica para seu êxito. (KASSICK, FERREIRA e VIEIRA, 2015).

O decreto 9.057 de 25 de Maio de 2017 define a Educação a Distância como:

[...] a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017)

O Decreto afirma também que uma porcentagem da carga horária deve ser obrigatoriamente presencial, com atividades como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos sendo realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2017).

Arruda (2018) faz um aporte da grande difusão dessa modalidade de ensino no slogan de Juscelino Kubistchek em que o Brasil avançaria 50 anos em 5, no sentido de que hoje o Brasil vê na EaD uma forma de avançar 500 anos em 10 buscando resolver “Os problemas educacionais de cinco séculos de ausências em uma geração”. O autor comenta ainda que neste contexto a Educação a distância torna-se “democratizadora do acesso à educação, solução para as dimensões continentais brasileiras, recurso para levar a formação de qualidade aos professores brasileiros”, e faz um alerta de que na dimensão de educação para a massa “corre-se o risco de por uma oferta que prima pelo atendimento quantitativo e político, em detrimento a qualidade” (ARRUDA, 2016).

Em uma outra visão, Gomes (2010) defende que, se aplicadas adequadamente as políticas públicas voltadas para a EaD vão contribuir para a expansão do ensino, inclusão social, qualificação de professores e oferta de ensino com qualidade em todos os campos do País, uma vez que “as tecnologias criam novas condições de produção e recepção de conhecimentos em que a presença física do professor pode ser dispensável”.

Dentre as políticas voltadas para a educação a distância estão: Proeja, Telecurso 2000, Cultura Digital, Tecendo o Saber, UAB e o e-Tec Brasil.

2.3 Rede e-Tec Brasil

A Rede e-Tec Brasil foi um programa governamental que visava difundir a educação profissional e Tecnológica tendo como via a modalidade de Educação a Distância.

A definição no manual de Gestão e Comunicação da Rede e-tec disponibilizado pela Universidade de Santa Catarina, diz que:

“A Rede e-Tec constitui uma das ações iniciais do PRONATEC e tem desenvolvido ações importantes para a democratização do acesso à educação profissional técnica na modalidade EaD no Brasil. Para garantir a expansão e a inclusão projetada, tem apostado na modalidade a distância para a formação profissional tecnológica.”
(CLOVIS NICANOR KASSICK e VIEIRA, 2015).

O Decreto de instituição da Rede e-Tec Brasil é o 7589/2011 e define que o programa tem “a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País”. Ressalta também que o foco são os estudantes matriculados, os egressos do ensino médio e para a educação de Jovens e adultos.

O Programa é desenvolvido nos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) com a carga horária presencial nos polos de apoio os quais devem ser instalados preferencialmente (BRASIL, 2011):

- I. Em escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal;
- II. Em instituições públicas que ofertem cursos de educação profissional e tecnológica; e
- III. Unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem.

O manual de gestão da Rede e-Tec Brasil publicado pelo MEC(2016), firmado no seu Decreto e nas Portarias Ministeriais/MEC nº 817 e ° 1152/2015, define os objetivos do programa através dos quais podem ser desenvolvidas as seguintes ações (MEC, 2016):

- Oferta de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- Oferta de cursos técnicos, no âmbito Profucionário;
- Oferta de cursos de idiomas, no âmbito do e-Tec Idiomas;
- Oferta de cursos superiores de tecnologia (CST);
- Oferta de cursos de pós-graduação (aperfeiçoamento, lato e stricto sensu), no âmbito da educação profissional, científica e tecnológica;
- Desenvolvimento e produção de material didático pedagógico para a educação profissional;
- Desenvolvimento de pesquisas para subsidiar as instituições na gestão administrativa e pedagógica para a oferta dos cursos, no âmbito da Rede.

No sentido de esclarecimento, o Manual de gestão também trás a informação dos tipos de cursos que podem ser ofertados:

- I. Cursos técnicos previstos nos Eixos Tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos técnicos.

- II. Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, previstos no Guia do Pronatec de cursos FIC;
- III. Cursos superiores de tecnologia, previstos no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores e de tecnologia;
- IV. Cursos de Pós-graduação, preferencialmente, para docentes da educação profissional e tecnológica.

A rede e-Tec era subsidiada pelo bolsa Formação em parceria com o FNDE, que financiava os bolsistas atuantes no programa, tais como coordenadores, tutores e professores. O Decreto de criação estrutura que: “as despesas decorrentes da implantação e implementação da Rede e-tec Brasil correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE” (BRASIL, 2011).

Diante do exposto, vislumbra-se que as políticas públicas na Educação tem por principal objetivo a formação de profissionais para o mercado de trabalho, sendo por tanto norteadoras do desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica. Com o intuito de alcançar maior parte da população independente de limitações de tempo e espaço, a EaD tem se consolidado como modalidade para tal formação.

O Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica Goiano (IF Goiano) é uma Instituição de ensino pública especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, aplicando no caso da oferta de cursos a distância a legislação específica (Brasil,2008). Como exemplo de programas executados no IF Goiano estão o Próprio Pronatec nos viéses do Brasil Profissionalizado, na Rede Etec Brasil e o atual e em desenvolvimento Medio Tec. A seção de resultados e discussões, trás um levantamento sobre a execução do programa da Rede eTec Brasil referente ao curso de Segurança do Trabalho, nos anos de 2015 e 2016 nos *campi* Morrinhos e Iporá.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como um pesquisa exploratória com abordagem quantitativa. Segundo Gil (2008, p. 27) “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”.

Ainda em relação a metodologia utilizada, fez-se uso de pesquisa bibliográfica e documental. “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”(Gil, 2008, p. 50). A pesquisa documental tem como característica segundo Marconi (2003, p. 174) “que a fonte de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina fontes primárias”. As fontes utilizadas para embasamento teórico deste trabalho foram artigos científicos, livros e trabalhos apresentados em anais de congressos. Para coleta de dados sobre o e-Tec foram usados documentos oficiais e tabelas estatísticas (via programa etutore). A estrutura do programa estabelecida no IF Goiano foi relatada pelo núcleo do EaD do *campus* Morrinhos em entrevista.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em informações levantadas na entrevista com a equipe do Núcleo do EaD no *campus* Morrinhos, o Programa da Rede e-Tec Brasil foi implementado no IF Goiano entre os anos de 2012 e 2016 nos principais *campi* do Instituto. No total abrangiam mais de 100 polos presenciais com mais de 2000 alunos, mas esses dados não são precisos. Os cursos oferecidos estavam entre Administração, Segurança do Trabalho, Secretariado, Serviços Públicos, Meio Ambiente, Informática para Internet e Eventos.

A estrutura organizacional que deu suporte ao desenvolvimento das atividades da Rede na Instituição foi composta pela equipe Sistêmica do EaD na Reitoria: Coordenador Geral e Adjuntos; pela equipe dos *campi*: Coordenador Regional, Coordenador de Curso e Professores; pela equipe dos polos: Coordenador de Polo e Tutor Presencial; e pela equipe virtual: Coordenador de Tutoria e Tutores a distância. Todos esses papéis seguiam uma hierarquia de comunicação com suas funções bem definidas e delimitadas, e tinham sua atuação no Ambiente Virtual de Aprendizagem prestando todo o suporte pedagógico e técnico ao aluno, como mostra o diagrama da Figura 1.

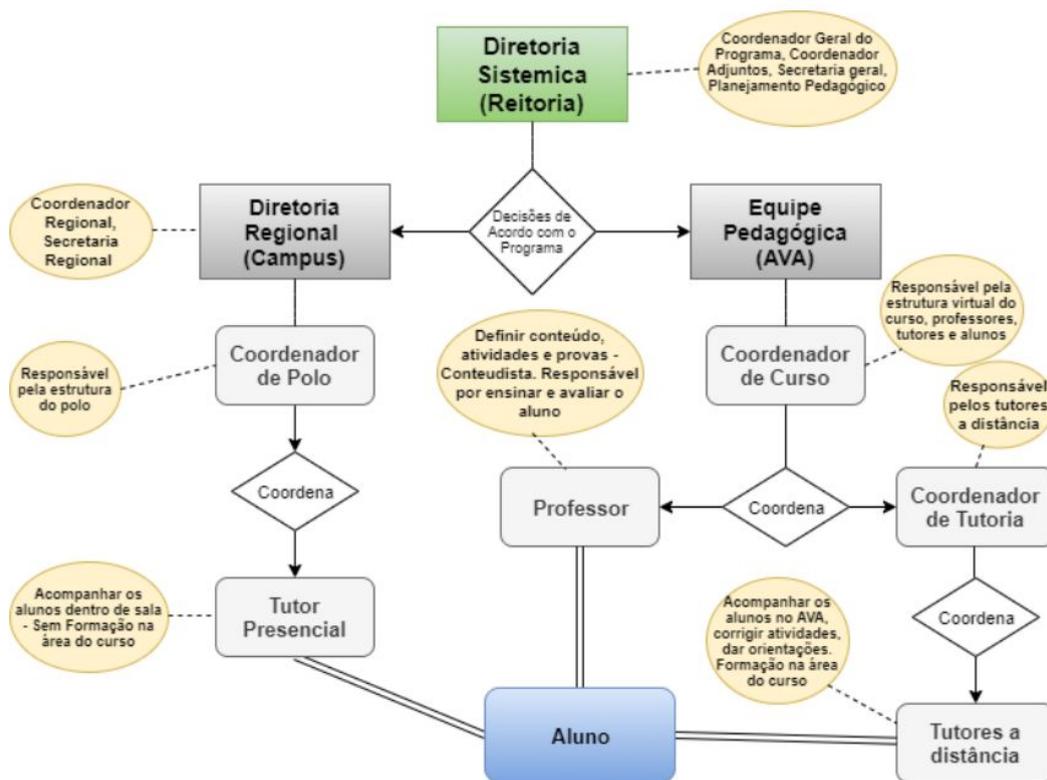


Figura 01 - Fluxo de comunicação da equipe da Rede e-Tec do IFgoiano
Fonte: O próprio autor

Conforme o estabelecido no decreto do MEC de instituição do programa (Brasil, 2011), os polos presenciais eram subsidiados pelas prefeituras municipais, geralmente em escolas do município e a equipe era financiada pelo FNDE recebendo bolsas mensais.

Com tal estrutura diversos municípios no estado de Goiás foram contemplados com os cursos da Rede e-Tec Brasil ofertados pelo IF Goiano em Parceria com o FNDE. Para análise, fez se um recorte do curso de Segurança do Trabalho nas turmas de 2015 dos *campi* Morrinhos e Iporá. Os dados foram coletados nas secretarias de educação a distância dos respectivos *campi*, através do sistemas institucional Etutore, ambiente virtual de aprendizagem utilizado na época. Apresenta-se os dados totais de ingressantes, evadidos e de concluintes conforme mostra a Tabela 1.

Rede e-Tec Brasil - Curso de Segurança do Trabalho - Turmas 2015/01							
Campus Iporá				Campus Morrinhos			
Polo	Ingressantes	Evadidos	Egressos	Polo	Ingressantes	Evadidos	Egressos
Caiapônia	42	16	26	Buriti Alegre	19	0	19
Itapirapuã	28	7	21	Caldas Novas	26	8	18
Iporá	29	23	6	Goiatuba	19	11	8
Bom Jardim de Goiás	45	24	21	Edéia	17	0	17
Doverlândia	33	0	33	Morrinhos	49	11	38
Firminópolis	38	30	8	Piracanjuba	14	4	10
Montes Claros de Goiás	13	0	13	Professor Jamil	14	2	12
São Luiz dos Montes Belos	35	23	12	Rio Quente	20	9	11
Total	263	123	140	Total	178	45	133

Tabela 1 - Rede e-Tec Brasil - Curso de segurança do trabalho - turmas 2015/1

Fonte: O próprio autor.

Com um total de 16 polos presenciais situados nos municípios descritos na tabela 1, na soma total dos dois *campi*, foram oferecidas 640 vagas no ano de 2015 com previsão de encerramento em 2016, haja visto que o curso técnico em Segurança do Trabalho tem carga horária total de 1260 horas. As entradas eram anuais. Destas vagas foram preenchidas 441, o que mostra que em muitos municípios a procura foi menor que a oferta, tais como Montes Claros de Goiás e Professor Jamil que não alcançaram a margem de 50 % de ingressantes em relação ao número de vagas.

Uma preocupação real que se estende tanto na modalidade de ensino presencial quanto a distância é a evasão escolar, que trata da desistência do aluno sem o trancamento de matrícula. Nesta



III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: GESTÃO, PRÁTICA E SUAS APLICAÇÕES



perspectiva, constata-se que em relação ao total de matrículas de cada *campus*, Morrinhos teve um percentual de evasão de aproximadamente 25% e Iporá de 48%. Cabe como pesquisas futuras verificar com os alunos evadidos as causas que levaram a desistência. É possível trabalhar em torno de hipóteses já consolidadas na modalidade, como dificuldade de adaptação do estudo que exige autonomia do aluno no gerenciamento de seu tempo e espaço e dificuldade tecnológica em interagir e desempenhar atividades no Ambiente virtual de Aprendizagem. (ACHO QUE ESSA FRASE DE VIA VIR NAS CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Com relação aos diplomados, no ano de 2017 o IF Goiano fomentou o mercado de trabalho na região de Morrinhos e Iporá tendo como egressos um total de 273 técnicos em Segurança do Trabalho, número considerável uma vez que está relacionado apenas às turmas de 2015.

Considerando que o programa Rede e-Tec Brasil foi executado em outros *campi* da Instituição, além de Morrinhos e Iporá: Rio Verde, Ceres, Trindade e Urutaí, e que ofertou, além de Segurança do Trabalho, os cursos de: Administração, Secretariado, Meio Ambiente, Serviços Públicos, Informática para Internet e Eventos, distribuídos em turmas abertas nos anos de anos de 2013, 2014 e 2015, pode-se concluir que o IF Goiano teve êxito no objetivo de disponibilizar educação técnica profissional formando mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, apoiando-se nas políticas públicas educacionais instituídas pelo Governo Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar as políticas públicas direcionadas ao Ensino Profissional e Tecnológico e a modalidade de Ensino a Distância. Procurou-se esclarecer tópicos da política pública denominada Rede e-Tec Brasil, criada em 2011, em relação ao ensino a distância e a educação profissional de nível médio. Diante da necessidade de se obter mão de obra qualificada para as diversas necessidades do mercado de trabalho, o programa vem contribuir com a democratização do ensino profissionalizante.

Fez-se uma análise sobre a Rede e-Tec no IF Goiano, especificamente sobre requisitos de execução do programa e de dados quantitativos das turmas de 2015 do curso de Segurança do Trabalho dos *campi* Morrinhos e Iporá.

Conclui-se que a Instituição cumpriu com o papel da democratização do ensino Profissional e Tecnológico executando com êxito, a nível de concluintes e egressos, o programa da Rede e-Tec Brasil na modalidade de Educação a distância.

Diante dos números, sugere-se que como trabalhos futuros sejam analisados junto aos egressos questões como: empregabilidade; avaliação crítica da qualidade do curso com relação a conteúdo, assitência estudantil e efetividade do conhecimento adquirido; além de verificar a presença de direcionamentos para uma formação completa, voltada para o desenvolvimento humano no sentido intelectual que vai além do mercado de trabalho, preparando para a vida.



III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: GESTÃO, PRÁTICA E SUAS APLICAÇÕES



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Eucídio Pimenta. Políticas públicas em EaD no Brasil: marcas da técnica e lacunas educacionais. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 10, n. 1, p. 105-118, jul./dez. 2016. Disponível em: file:///C:/Users/1058508/Downloads/4175-12195-2-PB%20(1).pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

BAGETTI, Sabrina. **Mediação pedagógica no ensino-aprendizagem colaborativo do sistema e-Tec Brasil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/1058508/Pictures/BAGETTI,%20SABRINA.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7589, de 26 outubro de 2011**. Institui a Rede e-Tec Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm. Acesso em: 11 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Gestão Rede e-Tec Brasil e Profucionário**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/1058508/Downloads/Manual%20de%20Gestao%20Rede%20etec%20e%20Brasil%20Profucionario%20(1).pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. **Lei 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111741.htm. Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. **Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9057, de 25 maio de 2017**. Regulamento o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20238603/do1-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503. Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Políticas públicas para educação profissional e tecnológica**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.



III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
GESTÃO, PRÁTICA E SUAS APLICAÇÕES



CABRAL, João Francisco Pereira. As classes sociais no pensamento de Karl Marx. [S. l.]: **Brasil Escola**, 2019. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/as-classes-sociais-no-pensamento-karl-marx.htm>. Acesso em: 14 out. 2019.

FEIJÓ, Jerciano Pinheiro. Formação humana ou para trabalhar? um outro caminho é necessário. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 01, n. 20, p. 135-145, jul./dez. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/1058508/Downloads/40922-Texto%20do%20artigo-130517-1-10-20190330.pdf>. Acesso em: 9 out. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, S. G. S. Políticas Públicas em EaD no Brasil. In: _____ **e-Tec Brasil - Tópicos em Educação a Distância**. [S.l.]: [s.n.], 2010. p. 9. Disponível em: <file:///C:/Users/1058508/Downloads/Pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20em%20EaD%20no%20Brasil%20aula04.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

KASSICK, Clovis Nicanor; FERREIRA, João Henrique Caminhas; VIEIRA, Luiz Alexandre Rodrigues (org.). **Gestão de Informação e Comunicação na Rede e-Tec Brasil**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. p. 142. Disponível em: http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/909/2_gptic.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 out. 2019.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 312 p.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÃO TÉCNICA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF Goiano Sistema Integrado de Bibliotecas

- Profissional de Educação do IF Goiano -

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, e manual sobre a Produção Técnica, publicado pela DAV/CAPES/MEC*, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada eletronicamente abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnica - DAV/CAPES

- Editoria
- Material Didático
- Curso de Formação Profissional
- Projetos de Extensão à Comunidade
- Relatório Técnico Conclusivo
- Atividade Técnica/Tecnológica
- Disseminação do Conhecimento
- Produto Bibliográfico Técnico/Tecnológico
- Outras Produções Técnicas - Tipo: Trabalho apresentado em Evento

Nome Completo do/a Docente, Autor/a: Leonardo Henrique Silva; Mirian Rodrigues Silva Vasconcelos; Emmanuela Ferreira de Lima; Fernando Barbosa Matos

Matrícula SUAP: 1058508; 2919633; 2037546; 1436170

Título do Trabalho: FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE DO PROGRAMA E-TEC NO IF GOIANO

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim

Justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 01/09/2021

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro e/ou artigo? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a docente e/ou autor/a declara que:

1 - o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;

2 - obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;

3 - cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Morrinhos, 1 de setembro de 2021.

(Assinado Eletronicamente)

(Assinatura do Docente, Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Emmanuela Ferreira de Lima**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 02/09/2021 12:08:12.
- **Fernando Barbosa Matos**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 01/09/2021 15:07:38.
- **Leonardo Henrique Silva**, BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA, em 01/09/2021 11:08:58.
- **Mirian Rodrigues Silva Vasconcelos**, TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO, em 01/09/2021 11:04:56.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/09/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 305059
Código de Autenticação: 490b2fed64



Campus Morrinhos
Rodovia BR-153, Km 633, Zona Rural, None, MORRINHOS / GO, CEP 75650-000
(64) 3413-7900